

ANEXO 03: Quadro Síntese da Legislação Ambiental Aplicável

Leis Federais	
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Artigo 5º, inciso XXIV; artigos 20, 21, inciso XII, “b”, artigo 22, inciso IV, artigo 30, inciso I; artigo 37, §6º; artigo 170, incisos II, III e VI; artigo 176, §1º; artigo 182, §1º, §2º e §3º; artigos 216, 225, §1º, incisos I, III e IV, §4º.	
Lei Federal nº 3.824, de 23 de novembro de 1960 - Torna obrigatória a destoca e consequente limpeza das bacias hidráulicas, dos açudes, represas ou lagos artificiais.	
Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961 - Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram, de acordo com o que estabelece o artigo 180 da Constituição Federal.	
Lei Federal nº 4.132, de 10 de setembro de 1962 - Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.	
Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra.	
Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Institui o Código Florestal.	
Lei Federal nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967 - Dispõe sobre a proteção à fauna.	
Lei Federal nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977 - Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de locais de Interesse Turístico.	
Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 - Dispõe sobre parcelamento do solo urbano.	
Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981 - Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental.	
Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.	
Lei Federal nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 - Dispõe sobre a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.	
Lei Federal nº 7.754, de 14 de abril de 1989 - Estabelece medidas para a proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios.	
Lei Federal nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola.	
Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 - Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal.	
Lei Federal nº 9.432, de 08 de janeiro de 1997 - Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências.	
Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 - Dispõe sobre a Política Nacional dos Recursos Hídricos.	
Lei Federal nº 9.478, de 06 de agosto de 1997 - Dispõe sobre a Política Energética Nacional e institui o Conselho Nacional de Política Energética.	
Lei Federal nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 - Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.	
Lei Federal nº 9.636, de 15 de maio de 1998 - Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das	
Anexo 03	Página: 1 / 18
	Revisão: 00

<p>Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.</p> <p>Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</p> <p>Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.</p> <p>Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental.</p> <p>Lei Federal nº 9.966, de 28 de abril de 2000 - Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.</p> <p>Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).</p> <p>Lei Federal nº 9.991, de 24 de julho de 2000 - Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências.</p> <p>Lei Federal nº 10.233, de 05 de junho de 2001 - Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências.</p> <p>Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.</p> <p>Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Institui o Código Civil.</p> <p>Lei Federal nº 10.650, de 16 de abril de 2003 - Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA.</p> <p>Lei Federal nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 - Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes.</p> <p>Lei Federal nº 11.952, de 25 de junho de 2009 - Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.</p> <p>Lei Federal nº 11.959, de 29 de junho de 2009 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.</p> <p>Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.</p> <p>Lei Federal nº 12.249, de 11 de junho de 2010 - Dispões sobre a alteração dos limites da Floresta Nacional do Bom Futuro, criada pelo Decreto nº96.188/88, ampliação do Parque Nacional Mapinguari, criado pelo Decreto de 5 de junho de 2008, e ampliação da Estação Ecológica de Cuniã, estabelecida pelo Decreto de 27 de setembro de 2001 e pelo Decreto de 21 de dezembro de 2007, e dá outras providências.</p> <p>Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.</p>
--

Decretos Federais

Decreto Federal nº 24.643, de 10 de julho de 1934 - Código de Águas.

Decreto Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937 - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Decreto Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 - Dispõe sobre desapropriação por utilidade pública.

Decreto Federal nº 59.428, de 27 de outubro de 1966 - Regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III, e os arts. 81 - 82 - 83 - 91 - 109 - 111 - 114 - 115 e 126 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o art. 22 do Decreto-lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, e os arts. 9 - 10 - 11 - 12 - 22 e 23 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966.

Decreto Federal nº 59.566, de 14 de novembro de 1966 - Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências.

Decreto Lei Federal nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre o Código de Mineração.

Decreto-Lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975 - Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades.

Decreto Federal nº 84.017, de 21 de setembro de 1979 - Aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.

Decreto Federal nº 89.336, de 31 de janeiro de 1984 - Dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico, e dá outras providências.

Decreto Federal nº 95.733, de 12 de fevereiro de 1988 - Dispõe sobre a inclusão, no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos e obras.

Decreto Federal nº 96.188, de 21 de Junho de 1988 - Cria, no Estado de Rondônia, a Floresta Nacional do Bom Futuro, com limites que especifica.

Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990 - Regulamenta as Leis que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

Decreto Federal nº 99.556, de 01º de outubro de 1990 - Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional, e dá outras providências.

Decreto Federal nº 1.141, de 19 de maio de 1994 - Dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas.

Decreto Federal nº 1.298, de 27 de outubro de 1994 - Aprova o Regulamento das Florestas Nacionais.

Decreto Federal nº 2.519, de 16 de março de 1998 - Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992.

Decreto Federal nº 2.596, de 18 de maio de 1998 - Regulamenta a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.

Decreto Federal nº 2.661, de 08 de julho de 1998 - Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (código florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do

fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências.

Decreto Federal nº 3.551, de 04 de agosto de 2000 - Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Decreto Federal nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001 - Regulamenta a Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências.

Decreto Federal nº 3.867, de 16 de julho de 2001 - Regulamenta a Lei no 9.991, de 24 de julho 2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências.

Decreto Federal nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002 - Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.

Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002 - Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Decreto Federal nº 4.297, de 10 de julho de 2002 - Regulamenta o artigo 9º, inciso II, da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE.

Decreto Federal nº 4.326, de 08 de agosto de 2002 - Institui no âmbito do Ministério do Meio ambiente, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, e dá outras providências.

Decreto Federal nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 - Institui princípios e diretrizes para a implantação da Política Nacional da Biodiversidade.

Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 - Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.

Decreto Federal nº 4.810, de 19 de agosto de 2003 - Estabelece normas para operação de embarcações pesqueiras nas zonas brasileiras de pesca, alto mar e por meio de acordos internacionais, e dá outras providências.

Decreto Federal nº 4.871, de 06 de novembro de 2003 - Dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

Decreto Federal nº 4.895, de 25 de novembro de 2003 - Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências.

Decreto Federal nº 5.092, de 21 de maio de 2004 - Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade.

Decreto Federal nº 5.758, de 12 de abril de 2006 - Institui o Plano Estratégico Nacional de áreas Protegidas PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.

Decreto Federal nº 5.875, de 15 de agosto de 2006 - Adota a Recomendação nº 03, de 22 de fevereiro de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

Decreto Federal nº 5.975, de 30 de novembro de 2006 - Regulamenta os arts.

<p>12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 4o, inciso III, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2o da Lei no 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos Decretos nos 3.179, de 21 de setembro de 1999, e 3.420, de 20 de abril de 2000, e dá outras providências.</p>
<p>Decreto Federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.</p>
<p>Decreto Federal nº 6.063, de 20 de março de 2007 - Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei nº 11.284/06, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.</p>
<p>Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho 2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.</p>
<p>Decreto Federal nº 6.515, de 22 de julho de 2008 - Institui os Programas de Segurança Ambiental denominados Guarda Ambiental Nacional e Corpo de Guarda-Parques.</p>
<p>Decreto Federal nº 6.640, de 07 de novembro de 2008 - Dá nova redação ao Decreto nº 99.556/90, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional.</p>
<p>Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009 - Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.</p>
<p>Decreto Federal nº 6.992, de 28 de outubro 2009 - Regulamenta a Lei 11.952/09, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal.</p>
<p>Decreto Federal nº 7.029, de 10 de dezembro de 2009 - Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente", e dá outras providências.</p>
<p>Decreto Federal nº 7.154, de 09 de abril de 2010 - Sistematiza e regulamenta a atuação de órgãos públicos federais, estabelecendo procedimentos a serem observados para autorizar e realizar estudos de aproveitamentos de potenciais de energia hidráulica e sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica no interior de unidades de conservação bem como para autorizar a instalação de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica em unidades de conservação de uso sustentável.</p>
<p>Decreto Federal nº 7.378, de 01º de dezembro de 2010 - Aprova o Macrozoneamento Ecológico- Econômico da Amazônia Legal - Macro- ZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.</p>
<p>Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.</p>

**Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), do
Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e da
Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)**

Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986 - Estabelece definições, responsabilidades, critérios básicos e diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação do Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

Resolução CONAMA nº 06, de 16 de setembro de 1987 - Dispõe sobre as regras gerais para o licenciamento ambiental de obras de grande porte, especialmente aquelas nas quais a União tenha interesse relevante como a geração de energia elétrica.

Resolução CONAMA nº 09, de 03 de dezembro de 1987 - Dispõe sobre a Audiência Pública.

Resolução CONAMA nº 16, de 07 de dezembro de 1989 - Dispõe sobre o Programa de Avaliação e Controle da Amazônia Legal.

Resolução CONAMA nº 01, de 08 de março de 1990 - Dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos, das atividades industriais.

Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 - Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente.

Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000 - Estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, de forma a implementar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme estabelecido pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Resolução CONAMA nº 279, de 27 de junho de 2001 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental.

Resolução CONAMA nº 281, de 12 de julho de 2001 - Dispõe sobre modelos de publicação de pedidos de licenciamentos.

Resolução CONAMA nº 286, de 30 de agosto de 2001 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos nas regiões endêmicas de malária.

Resolução ANA nº 131, de 11 de março de 2003 - Dispõe sobre procedimentos referentes à emissão de declaração de reserva de disponibilidade hídrica e de outorga de direito de uso de recursos hídricos, para uso de potencial de energia hidráulica superior a 1 MW em corpo de água de domínio da União.

Resolução CONAMA nº 302, de 20 de março de 2002 - Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.

Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002 - Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Resolução CNRH nº 32, de 15 de outubro de 2003 - Institui a Divisão Hidrográfica Nacional em regiões hidrográficas, com a finalidade de orientar, fundamentar e implementar o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Resolução CONAMA nº 344, de 25 de março de 2004 - Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos mínimos para a avaliação do material a ser dragado em águas jurisdicionais brasileiras.

Resolução CNRH nº 37 de 26 de março de 2004 - Estabelece diretrizes para a outorga de recursos hídricos para a implantação de barragens em corpos de água de domínio dos Estados, do Distrito Federal e da União.

Resolução CONAMA nº 347, de 10 de setembro de 2004 - Dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico.

Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006 - Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006 - Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP).

Resolução CONAMA nº 378, de 19 de outubro de 2006 - Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1º, art. 19 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências.

Resolução CNRH nº 65, de 07 de dezembro de 2006 - Estabelece diretrizes de articulação dos procedimentos para obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental.

Resolução ANEEL nº 279, de 11 de setembro de 2007 - Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, de áreas de terras necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados.

Resolução CONAMA nº 396, de 3 de abril de 2008 - Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 406, de 02 de fevereiro de 2009 - Estabelece parâmetros técnicos a serem adotados na elaboração, apresentação, avaliação técnica e execução de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS com fins madeireiros, para florestas nativas e suas formas de sucessão no bioma Amazônia.

Resolução ANA nº 269, de 27 de abril de 2009 - Transforma, com base no artigo 7º, § 2º, da Lei nº 9.984/00, a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, referente ao Aproveitamento Hidrelétrico Jirau, situado no rio Madeira, no município de Porto Velho, Estado de Rondônia, em outorga de direito de uso de recursos hídricos à Energia Sustentável do Brasil S.A., com a finalidade de exploração do potencial de energia hidráulica.

Resolução CONAMA nº 413, de 26 de junho de 2009 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 420, de 28 de dezembro de 2009 - Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

Resolução CONAMA nº 422, de 23 de março de 2010 - Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei nº 9.795/99.

Resolução CNRH nº 109, de 13 de abril de 2010 - Cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União - UGRHs e estabelece procedimentos complementares para a criação e acompanhamento dos comitês de bacia.

Resolução CONAMA nº 425, de 25 de maio de 2010 - Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e outras de uso limitado.

Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010 - Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 429, de 28 de fevereiro 2011 - Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs.

Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011 - Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Portarias do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entre outros instrumentos normativos

Portaria IBAMA nº 45-N, de 29 de outubro de 1998 - Estabelece normas para a introdução, reintrodução e transferência de peixes, crustáceos, moluscos e macrófitas aquáticas para fins de aquicultura, excluindo-se as espécies animais ornamentais.

Portaria IBAMA nº 19, de 02 de julho de 2008 - Dispõe sobre a declaração sobre a localização de imóveis rurais em relação ao Bioma Amazônico.

Portaria IBAMA nº04, de 19 de março de 2009 - Estabelece normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo território nacional, inclusive competições e cadastros de entidades da pesca amadora junto ao IBAMA.

Portaria IBAMA nº 17, de 12 de julho de 2010 - Dispõe que a medida cautelar de Embargo de obras ou atividades de interesse público, por ato do agente de fiscalização, antes de completada a instrução processual, somente será aplicada quando caracterizado que a sua continuidade representa risco iminente de agravamento de dano para o meio ambiente ou para a saúde pública.

Portaria MMA nº 408, de 16 de agosto de 2002 - Institui o Comitê de Programa de Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA para agilizar o processo de implementação e execução do referido Programa.

Portaria MMA nº 312, de 31 de outubro de 2006 - Designa membros para compor a Comissão Coordenadora do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas.

Portaria MMA nº 09, de 23 de janeiro de 2007 - Dispõe sobre o reconhecimento como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira as áreas referenciadas no § 2º desta Portaria, denominadas Áreas Prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da Biodiversidade Brasileira ou áreas Prioritárias para a Biodiversidade, para efeito da formulação e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades sob a responsabilidade do Governo Federal.

Portaria MMA nº 53, de 20 de fevereiro de 2008 - Institui o Sistema Nacional de Gestão da Fauna Silvestre - SISFAUNA.

Portaria MMA nº 102, de 24 de março de 2009 - Dispõe sobre a lista de Municípios situados no Bioma Amazônia onde incidem ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal.

Portaria MMA nº 103, de 24 de março de 2009 - Dispõe sobre os requisitos para que os municípios listados em Portarias do Ministério do Meio Ambiente passem a integrar a lista de Municípios com desmatamento monitorado e sob controle.

Portaria MMA nº 175, de 24 de maio de 2011 - Dispõe sobre a lista de municípios situados no Bioma Amazônia onde incidem ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal.

Portaria IPHAN nº 07, de 1º de dezembro de 1988 - Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios previstos na Lei nº 3.924/61.

Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002 - Dispões acerca da

compatibilização das fases de obtenção de licenças ambientais com os estudos preventivos de arqueologia, objetivando o licenciamento de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico.

Portaria IPHAN nº 231, de 13 de julho 2007 - Define os critérios para controle de intervenções sobre o conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico do Pátio Ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, na Cidade de Porto Velho/RO, tombado pelo IPHAN nos termos do Decreto-Lei nº 25/37, e dá outras providências.

Portaria IPHAN nº 187, de 11 de junho de 2010 - Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, e a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações.

Resolução ANA nº 269, de 27 de abril de 2009 - Transforma, com base no artigo 7º, § 2º, da Lei nº 9.984/00, a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, referente ao Aproveitamento Hidrelétrico Jirau, situado no rio Madeira, no município de Porto Velho, Estado de Rondônia, em outorga de direito de uso de recursos hídricos à Energia Sustentável do Brasil S.A., com a finalidade de exploração do potencial de energia hidráulica.

Portaria nº 109/DPC, de 16 de dezembro de 2003 - NORMAM - 11/DPC - Aprova Normas da Autoridade Marítima para Obras, Dragagens, Pesquisa e Lavra de Minerais Sob, Sobre e às Margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras.

Portaria nº 101/DPC, de 16 de dezembro de 2003 - NORMAM-03/DPC - Aprova Normas da Autoridade Marítima para Amadores, Embarcações de Esporte e/ou Recreio e para Cadastramento e Funcionamento das Marinas, Clubes e Entidades Desportivas Náuticas.

Portaria MDA nº 23, de 30 de abril de 2010 - Dispõe sobre os procedimentos necessários à regularização fundiária de ocupações incidentes em terras situadas em áreas rurais da União no âmbito da Amazônia Legal, definidas no art. 3º da Lei nº 11.952/09, até quinze módulos fiscais, não superiores a mil e quinhentos hectares, respeitada a fração mínima de parcelamento.

Portaria INCRA nº 01, de 14 de julho de 2009 - Aprova a Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal.

Norma de Execução do INCRA nº 93, de 19 de julho de 2010 - Dispõe sobre a aprovação de modelos de contrato de concessão de direito real de uso para os projetos de assentamento ambientalmente diferenciados - Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE, Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS e Projeto de Assentamento Florestal - PAF.

Portaria SPU nº 89, de 15 de abril de 2010 - Disciplina a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais, com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população, mediante a outorga de Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS, a ser conferida em caráter transitório e precário pelos Superintendentes do Patrimônio da União.

Portaria Interministerial AGU, MMA, MDA e MPOG nº 23, de 16 de junho de 2010 - Constitui o Grupo de Integração da atuação judicial na defesa do meio ambiente e da regularização fundiária na Amazônia Legal - G-Amazônia Legal.

Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.497, de 10 de agosto de 2010 - Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Energia Sustentável do Brasil S.A., áreas de terra necessárias à implantação da UHE Jirau, localizadas no

Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Instruções Normativas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Instituto Chico Mendes (ICMBio) entre outras

Instrução Normativa IBAMA nº 03, de 10 de maio de 2001 - Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.

Instrução Normativa IBAMA nº 93, de 03 de março de 2006 - Dispõe acerca de Planos de Manejo Florestal Sustentável e as solicitações de autorização para uso alternativo do solo nos diversos biomas brasileiros, a serem protocolados no Ibama e submetidos à análise técnica e jurídica.

Instrução Normativa IBAMA nº 135, de 04 de dezembro de 2006 - Dispõe sobre as espécies, em águas jurisdicionais brasileiras, que se encontram sob controle e gestão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA por meio de normas específicas.

Instrução Normativa IBAMA nº 146, de 10 de janeiro de 2007 - Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influencia de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela Lei nº6938/81 e pelas Resoluções Conama nº001/86 e nº237/97.

Instrução Normativa IBAMA nº 184, de 17 de julho de 2008 - Estabelece no âmbito do IBAMA os procedimentos para o licenciamento ambiental federal.

Instrução Normativa IBAMA nº 04, de 13 de abril de 2011 - Estabelece procedimentos para elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD ou Área Alterada, para fins de cumprimento da legislação ambiental.

Instrução Normativa MMA nº 06, de 15 de dezembro de 2006 - Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.

Instrução Normativa MMA nº 05, de 30 de julho de 2008 - Publicar as listas das espécies incluídas nos Anexos I, II e III da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.

Instrução Normativa MMA nº 06, de 23 de setembro de 2008 - Reconhece as espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção.

Livro Vermelho Das Espécies Da Fauna Brasileira Ameaçadas De Extinção

Instrução Normativa MMA nº 02, de 20 de agosto de 2009 - Classifica o grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas.

Instrução Normativa MMA nº 04, de 08 de setembro de 2009 - Dispõe sobre procedimentos técnicos para a utilização da vegetação da Reserva Legal sob regime de manejo florestal sustentável.

Instrução Normativa MMA nº 05, de 08 de setembro de 2009 - Dispõe sobre os procedimentos metodológicos para restauração e recuperação das Áreas de Preservação Permanentes e da Reserva Legal.

Instrução Normativa ICMBIO nº 03, de 02 de setembro de 2009 - Estabelece diretrizes, normas e procedimentos para implementação do Programa de Voluntariado no âmbito do ICMBio.

Instrução Normativa ICMBIO nº 04, de 02 de setembro de 2009 - Estabelece procedimentos administrativos para autorização de atividades condicionadas ao

<p>controle do poder público e não sujeitas ao licenciamento ambiental previsto na Resolução CONAMA nº 237/97.</p>
<p>Instrução Normativa ICMBIO nº 05, de 02 de setembro de 2009 - Estabelece procedimentos para a análise dos pedidos e concessão da Autorização para o Licenciamento Ambiental de atividades ou empreendimentos que afetem as unidades de conservação federais, suas zonas de amortecimento ou áreas circundantes.</p>
<p>Instrução Normativa ICMBIO nº 11, de 08 de junho de 2010 - Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em unidades de conservação federais.</p>
<p>Instrução Normativa Interministerial nº 06, de 31 de maio de 2004 - Estabelece as normas complementares para a autorização de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências.</p>
<p>Instrução Normativa SPU nº 02, de 23 de novembro de 2007 - Dispõe sobre o procedimento para a Concessão de Uso Especial para fins de Moradia - CUEM e da Autorização de Uso em imóveis da União.</p>
<p>Instrução Normativa INCRA nº 65, de 27 de dezembro de 2010 - Estabelece critérios e procedimentos para as atividades de Manejo Florestal Sustentável em Projetos de Assentamento.</p>
<p>Instrução Normativa INCRA nº 66, de 30 de dezembro de 2010 - Aprova os procedimentos para atualização cadastral e os formulários de coleta do Sistema Nacional de Cadastro Rural, instituído pela Lei nº 5.868, de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 72.106, de 1973 e alterada pela Lei nº 10.267, de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002 e pelo Decreto nº 5.570, de 31 de novembro de 2005, e em conformidade com o art. 46 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.</p>
<p>Norma de Execução do INCRA nº 93, de 19 de julho de 2010 - Dispõe sobre a aprovação de modelos de contrato de concessão de direito real de uso para os projetos de assentamento ambientalmente diferenciados - Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE, Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS e Projeto de Assentamento Florestal - PAF.</p>

Legislação Ambiental de Rondônia

Constituição do Estado de Rondônia - Artigo 218 e seguintes (Seção V – Do Meio Ambiente), artigos 233 e 264.

Lei Estadual nº 30, de 10 de setembro de 1984 - Institui o Programa de Florestamento ao longo das rodovias.

Lei Estadual nº 71, de 21 de novembro de 1985 - Dispõe sobre o patrimônio Histórico e Artístico do Estado.

Lei Estadual nº 72, de 22 de novembro de 1985 - Dispõe sobre a proteção das belezas naturais de interesse turístico e ecológico do Estado.

Lei Estadual nº 547, de 30 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia - SEDAR e seus instrumentos, estabelece medidas de proteção e melhoria da qualidade de meio ambiente, define a Polícia Estadual de Desenvolvimento Ambiental.

Lei Estadual nº 890, de 24 de abril de 2000 - Dispõe sobre procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.

Lei Estadual Complementar nº 233, de 06 de junho de 2000 - Dispõe sobre o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia - ZSEE e dá outras providências.

Lei Estadual nº 1.143, de 12 de dezembro de 2002 - Regulamenta o artigo 8º incisos XVI e XVII e o artigo 219, incisos I, II, III e V da Constituição Estadual, que dispõem sobre o uso sustentável das Florestas Estaduais e Reserva Extrativistas do Estado de Rondônia.

Lei Estadual nº 1.145, de 12 de dezembro de 2002 - Institui a Política, cria o Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Estado de Rondônia..

Lei Estadual Complementar nº 255, de 25 de janeiro de 2002 - Institui a Política, cria o Sistema de Gerenciamento e o Fundo de Recursos Hídricos do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

Lei Estadual Complementar nº 308, de 09 de novembro de 2004 - Acrescenta dispositivos ao artigo 7º da Lei Complementar nº 233, de 6 de junho de 2000.

Lei Estadual Complementar nº 312, de 06 de maio de 2005 - Altera o artigo 1º, o § 2º do artigo 7º da Lei Complementar nº 233, de junho de 2000, que Dispõe sobre o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia – ZSEE e dá outras providências, passa a vigorar acrescido dos incisos V, VI e VII.

Lei Estadual nº 1861, de 10 de janeiro de 2008 - Dispõe, define e disciplina a Piscicultura no Estado de Rondônia e dá outras providências.

Lei Estadual nº 1.869, de 05 de março de 2008 - Acrescenta dispositivos ao artigo 26 da lei nº 547, de 30 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia - SEDAR.

Lei Estadual nº 2.137, de 23 de julho de 2009 - Institui a Campanha Permanente de Proteção aos Recursos Hídricos e Incentivos à Redução do Consumo de Água.

Lei Estadual nº 2.216, de 21 de dezembro de 2009 - Dispõe sobre o ordenamento do uso do solo nas faixas de domínio e lindeiras das rodovias estaduais do Estado de Rondônia.

Lei Complementar nº 581, de 30 de junho de 2010 - Cria Área de Proteção Ambiental do Rio Pardo – APA RIO PARDO e a Floresta Estadual Rio Pardo – FES- RIO PARDO, revoga os Decretos nº 4574, de 23 de março de 1990, nº

4581, de 28 de março de 1990, nº 4582, de 28 de março de 1990, nº 7635, de 7 de novembro de 1996 e altera dispositivos do Decreto nº 4584, de 28 de março de 1990.

Decreto Lei nº 1.144, de 12 de dezembro de 2002 - Dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza de Rondônia - SEUC/RO.

Decreto Estadual nº 7.900, de 01º de julho de 1997 - Fixa a composição e competência do Conselho Estadual de Política Ambiental do Estado de Rondônia.

Decreto Estadual nº 7.903, de 01º de julho de 1997 - Regulamenta a Lei nº 547, de 30 de dezembro de 1993, que dispõe sobre proteção, recuperação, controle, fiscalização e melhoria de qualidade do meio ambiente no Estado de Rondônia.

Decreto Estadual nº 8.982, de 31 de janeiro de 2000 - Dispõe sobre a estrutura básica e estabelece as competências da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental.

Decreto Estadual nº 10.114, de 20 de setembro de 2002 - Regulamenta a Lei Complementar nº 255/02, que Institui a Política, cria o Sistema de Gerenciamento e o Fundo de Recursos Hídricos do Estado de Rondônia.

Decreto Estadual nº 12.447 de 10 de outubro de 2006 - Institui a Gestão Florestal do Estado de Rondônia.

Decreto Estadual nº 14.084, de 09 de fevereiro de 2009 - Estabelece diretrizes para proteção à pesca e estímulos à aquicultura do Estado de Rondônia de que trata a Lei nº 1.038, de 22 de janeiro de 2002, e dá outras providências.

Decreto Estadual 14.133, de 18 de março de 2009 - Institui o Programa de Recuperação de Mata Ciliar (PRMC) do Estado de Rondônia.

Decreto Estadual nº 15.240, de 02 de julho de 2010 - Institui o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

Portaria nº 193 SEDAM, de 20 de outubro de 2003 - Para fins de Licenciamento Ambiental Rural, as propriedades rurais que tenham seus limites confrontando com os limites de Unidades de Conservação e Terras Indígenas, devem localizar a Reserva Legal de forma contínua aos limites das Unidades de Conservação e Terras Indígenas, salvo justificativa anexa ao processo de Licenciamento Ambiental Rural e deferida pela Gerência de Unidades de Conservação desta Secretaria.

Portaria nº 38/GAB/SEDAM, de 17 de fevereiro de 2004 - Aprova Normas que disciplinam o uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do Estado de Rondônia, na forma do Decreto Estadual nº 10.114/02, que regulamenta a Lei Complementar nº 255/02.

Portaria nº 162/GAB/SEDAM, de 27 de julho de 2004 - Dispõe que no Estado de Rondônia a Reserva Legal da propriedade rural deverá ser no mínimo de 80%. Para fins de recomposição florestal da reserva legal na Zona 1 do ZEE-RO, deve ser observada a averbação de no mínimo 50% da propriedade, excluídas, em qualquer caso, as áreas de preservação permanente, os ecótonos, os sítios ecossistemas especialmente protegidos, os locais de expressiva biodiversidade e os corredores ecológicos.

Portaria nº 185/GAB/SEDAM, de 24 de outubro de 2006 - Cria Normas, Critérios, Roteiros Mínimos e Procedimentos para Uso Alternativo do Solo.

Portaria nº 186/GAB/SEDAM, de 25 de outubro de 2006 - Dispõe sobre o Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS, aprova roteiros Mínimos de PMFS, POÁ, Relatório Pós-Exploratório do PMFS.

Portaria nº 187/GAB/SEDAM, de 25 de outubro de 2006 - Institui o Termo de Responsabilidade de Manutenção Florestal Manejada e o Termo de Vinculação

de Reposição Florestal.

Portaria nº 192/GAB/SEDAM, de 25 de outubro de 2006 - Regulamenta o parágrafo único do art. 19º do Decreto nº 12.447/06, que dispõe sobre o Termo de Transferência do Plano de Manejo Florestal Sustentável.

Portaria nº 193/GAB/SEDAM, de 25 de outubro de 2006 - Regulamenta o Art. 10 do Decreto nº. 12.447, de 10 de outubro de 2006, que dispõe sobre o Levantamento Circunstanciado (LC) e Reflorestamento.

Portaria nº 156/GAB/SEDAM, de 01 de agosto de 2007 - Considerando o que preceitua o artigo 18 da Lei Estadual nº 1038/2002, que exceto para fins científicos, é vedada a atividade de pesca a 200 (duzentos) metros à montante e à jusante de barragens, corredeiras, cachoeiras, escadas de peixes ou desembocaduras de rios e baías e a 500 (quinhentos) metros das saídas de esgoto, galerias pluviais ou canais poluídos – Proíbe a pesca em qualquer modalidade, exceto para fins científicos, nos polígonos constantes do anexo A desta portaria, nas cachoeiras do Teotônio e Santo Antônio.

Instrução Normativa nº 01 SEDAM, de 30 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a Autorização para Manejo ou supressão de florestas e formações sucessoras em zona de amortecimento de Unidade de Conservação, de Áreas de Proteção Ambiental-APAs; no entorno de terra indígena demarcada e dá outras providências.

Portaria nº 93/GAB/SEDAM, de 25 de agosto de 2009 - Cria o Cadastramento Ambiental Rural – CAR, procedimento que antecede ao Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais com o objetivo de promover a regularização ambiental das propriedades, posses e projetos de assentamentos rurais. A partir da Fração Mínima de Parcelamento – FMP, prevista para a Capital do Estado e os Municípios, conforme a Instrução Especial/INCRA Nº 50 de 26 de agosto de 1997, aprovada pela Portaria nº 36, de 26 de agosto de 1997. O qual fará a inserção do imóvel rural no Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental – SIMLAM.

Portaria nº 96 SEDAM, de 26 de agosto de 2009 - Considerando a necessidade de regulamentar, estabelecer critérios e procedimentos para apresentação, análise e controle do Plano Integrado Floresta-Indústria - PIFI, no âmbito do Estado de Rondônia.

Portaria nº 97 SEDAM, de 26 de agosto de 2009 - Institui o roteiro mínimo para apresentação do Relatório Trimestral de Planos de Manejo Florestal e outros instrumentos técnicos correlatos no âmbito do Estado de Rondônia.

Portaria nº 113/09/GAB/SEDAM, de 13 de outubro de 2009 - Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes e normatizar a aplicação da Instrução Normativa MMA nº 05/09 do Ministério do Meio Ambiente, que dispõe sobre os procedimentos metodológicos para restauração e recuperação das áreas de Preservação Permanentes e da Reserva Legal, editou-se Portaria que estabelece que no Licenciamento Ambiental da Propriedade Rural no Estado de Rondônia, todas as propriedades/posses rurais que apresentarem passivo ambiental, deverão apresentar um Projeto Técnico para Recuperação e Restauração das Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente das propriedades/Posses rurais.

Portaria nº 91 SEDAM, de 17 de maio de 2010 - Aprova os procedimentos, normas e anexos para apuração de infrações e aplicação das penalidades, que definem a atuação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM nas suas atividades de fiscalização dos usos dos recursos hídricos de domínio do Estado de Rondônia.

Portaria SEDAM nº 170, de 29 de outubro de 2010 – Proibida a aprovação de projetos de manejo, autorizações para desmatamentos e queimadas e declarações para financiamentos por instituições de crédito pública ou privada em áreas acobertadas por declarações de posse ou documentos similares.

Portaria SEDAM nº 62, de 02 de junho de 2011 - Cria as normas e procedimentos para protocolo de documentos necessários para abertura de processo de plano de manejo florestal sustentável, licenciamento rural de pequenas e grandes propriedades, licenciamento ambiental, outorga de captação e lançamento de recursos hídricos e atividade de piscicultura.

Legislação do Município de Porto Velho

Lei Municipal nº 53-A, de 27 de dezembro de 1972 – Institui o Código de Posturas no Município de Porto Velho

Lei Municipal nº 63, de 13 de abril de 1973 – Estabelece normativas para as edificações em geral.

Lei Orgânica do Município de Porto Velho, de 27 de março de 1990

Emenda à Lei Orgânica nº 31, de 23 de outubro de 1997 - Altera dispositivo da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

Lei Complementar Municipal nº 97, de 29 de dezembro de 1999 - Dispõe sobre o parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Porto Velho.

Lei Complementar Municipal nº 110, de 07 de dezembro de 2000 - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 097, de 29 de dezembro de 1999 e dá outras providências.

Lei Municipal nº 136, de 27 de dezembro de 2001 - Dispõe sobre a coleta, transporte e destino dos resíduos de serviços de saúde – RSS e dá outras providências.

Lei Municipal Complementar nº 138, de 28 de dezembro de 2001 - Institui o Código Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.

Lei Complementar Municipal nº 155, de 27 de dezembro de 2002 –Dispõe sobre o processo de planejamento do Município, sobre a participação comunitária neste, sobre o regime e a inserção na ordem administrativa do Plano Diretor e dos demais planos que o integram e dá outras providências.

Lei Complementar Municipal nº 155, de 27 de dezembro de 2002 –Dispõe sobre o processo de planejamento do Município, sobre a participação comunitária neste, sobre o regime e a inserção na ordem administrativa do Plano Diretor e dos demais planos que o integram e dá outras providências.

Lei Complementar nº 177, de 09 de dezembro de 2003 - Altera a redação da Lei Complementar nº 138/01, que instituiu o Código Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.

Lei Complementar Municipal nº 311 de 30 de junho de 2008 - Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Porto Velho e dá outras providências.

Lei Complementar nº 365, de 02 de dezembro de 2009 - Cria o Conselho Municipal da Cidade de Porto Velho.

Lei Municipal nº 1.878, de 19 de maio de 2010 - Dispõe sobre a criação de placas indicativas, indicando a profundidade em piscinas, e/ou em ambientes naturais aquáticos, como lagos, açudes, no Município de Porto Velho, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 1.879, de 19 de maio de 2010 - Torna “Área de Proteção Ambiental” os espaços públicos que circundam árvores, jardins, fontes e minas d’água, no Município de Porto Velho.

Lei Complementar nº 393, de 19 de julho de 2010 - Altera e inclui dispositivos no Código de Posturas do Município de Porto Velho e dá outras providências.

Decreto Municipal nº 8.745, de 18 de outubro de 2002 - Estabelece os critérios e valores para indenização dos custos de vistoria, análise e emissão de licenciamento ambiental, e dá outras providências.

Decreto Municipal nº 8.746, de 18 de outubro de 2002 - Estabelece a relação dos empreendimentos e atividades sujeitas à Autorização Ambiental e dá outras providências.

Decreto Municipal nº 11.629, de 23 de abril de 2010 - Estabelece a relação dos empreendimentos sujeitos a auditoria ambiental.